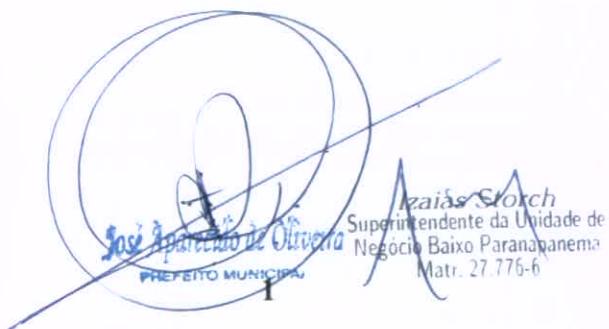


PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

ÍNDICE

1. Diagnóstico do Município
 - 1.1 Dados Gerais (Origem, Área, Vocação Econômica, população total, urbana e rural do censo 2000)
 - 1.2 Localização (Região Administrativa, Região de Governo, Bacia Hidrográfica, acessos)
 - 1.3 Indicadores de Saúde (mortalidade infantil, doenças de veiculação hídrica, Fundação Seade)
 - 1.4 Qualidade da Água Distribuída para a População
 - 1.5 Projeção Demográfica
2. Objetivos e Metas para Universalização dos Serviços
 - 2.1 Abastecimento de Água
 - 2.2 Sistema de Esgotos Sanitários
 3. Programa Projetos e Ações Propostos
 - 3.1 Abastecimento de Água
 - 3.2 Sistema de Esgotos Sanitários
 - 3.3 Detalhamento dos Investimentos
 4. Investimentos
 5. Fontes de Financiamento
 6. Conclusão
 7. Anexos
 - 7.1 Plano de Contingência
 - 7.2 Mecanismos de Avaliação do Plano
 - 7.3 Croquis de localização das unidades dos sistemas de abastecimento de água
 - 7.4 Croquis de localização das unidades dos sistemas de esgotos sanitários



Anderson Luiz F. Miranda
Advogado - OAB/SP 171.962
Matr. 91232-1

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente Plano Municipal de Saneamento - PMS abrange os serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários. Foi elaborado com base em estudos e informações fornecidos pela SABESP. É oferecido para discussão e aprovação pelo Município, conforme previsto na Lei Federal nº 11.445/07 artigo 19, que estabelece as diretrizes a serem seguidas no planejamento.

Os principais estudos utilizados para a elaboração do PMS foram:

- a) Planejamento de Abastecimento de Água e Sistema de Esgotos Sanitários, ano 2002, elaborado pelo Consórcio ETG (Earth Tech Brasil e Gerentec Engenharia), atualizados em função de melhorias operacionais e do acompanhamento das demandas reais;
- b) Estudo de Viabilidade Econômico Financeiro, 2007, elaborado pela SABESP, para fornecer subsídios à negociação com o município de uma nova relação contratual, o Contrato Programa;
- c) Plano de Contingência elaborado exclusivamente para o PMS, considerando a continuidade da SABESP no município.

Para a elaboração do PMS foram utilizadas outras fontes de informações e de dados conforme relacionados a seguir:

- Dados municipais: Fundação SEADE;
- Dados de População
- Domicílios e Renda do Chefe da Família, censo 2000: Fundação IBGE;
- Qualidade da água fornecida para a população: dados da SABESP relativa à Portaria 518 do Ministério da Saúde;
- Projeção de População e Domicílios: estudo da Fundação SEADE;
- Indicadores de Saúde: banco de dados da Fundação SEADE;



Izaias Storch
Superintendente da Unidade de
Negócio Baixo Paranapanema
Matr. 27.776-6

Anderson Luiz F. Miranda
Advogado - OAB/SP 171.962
Matr. 91232-1

O PMS será utilizado pelo município para:

- a) Acompanhar o Contrato de Programa a ser firmado com a SABESP;
- b) Integrar o Plano de Bacias;
- c) Elaborar Leis, Decretos, Portarias e Normas relativas aos serviços de água e esgotos.

O PMS deverá ser atualizado a cada 4 anos, ou, quando houver alteração do Plano Diretor Municipal, na implantação de novos sistemas produtores de água ou na implantação de novas estações de tratamento dos esgotos.

1. Diagnóstico do Município

1.1. Dados Gerais

1.1.1. Origem

As terras que formam o município foram vendidas, em 1911, pelo coronel Delfino Cerqueira à Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso.

Em 1940, foi iniciada a colonização da região pela Companhia Industrial, Mercantil e Agrícola-Cima, com a formação da primeira fazenda e a construção de uma ponte ligando Mariápolis a Presidente Prudente.

No mesmo período, empreenderam a derrubada das matas virgens e a exploração

de madeiras. Dois anos depois foi escolhido o local para o estabelecimento da cidade, e elaborado o plano de urbanização das ruas e praças.

Em 12 de abril de 1945, inaugurou-se a primeira linha de transporte de passageiros em veículo coletivo.

Mariápolis passou à categoria de distrito do município de Adamantina em 24 de dezembro de 1948. Tornou-se município em 30 de dezembro de 1953.

1.1.2. Área

190 km²

1.1.3. Vocação Econômica

A principal atividade é agropecuária, onde convivem as pequenas propriedades rurais, com mão-de-obra familiar.

1.1.4. População (Censo Demográfico IBGE 2000)

TOTAL	URBANA	RURAL
3.854	2.803	1.051

José Apolinário de Oliveira 3
PREFEITO MUNICIPAL

Iaiaias Stordy
Superintendente da Unid.
Negócio Baixo Paranapan
Matr. 27.776-6

Anderson Luiz F. Miranda
Advogado - OAB/SP 171.962
Matr. 91232-1

1.2. Localização (Região Administrativa, Região de Governo, Bacia Hidrográfica, acessos);

1.2.1. Região Administrativa

10ª. RA de Presidente Prudente

1.2.2. Região de Governo

Adamantina

1.2.3. Bacia Hidrográfica

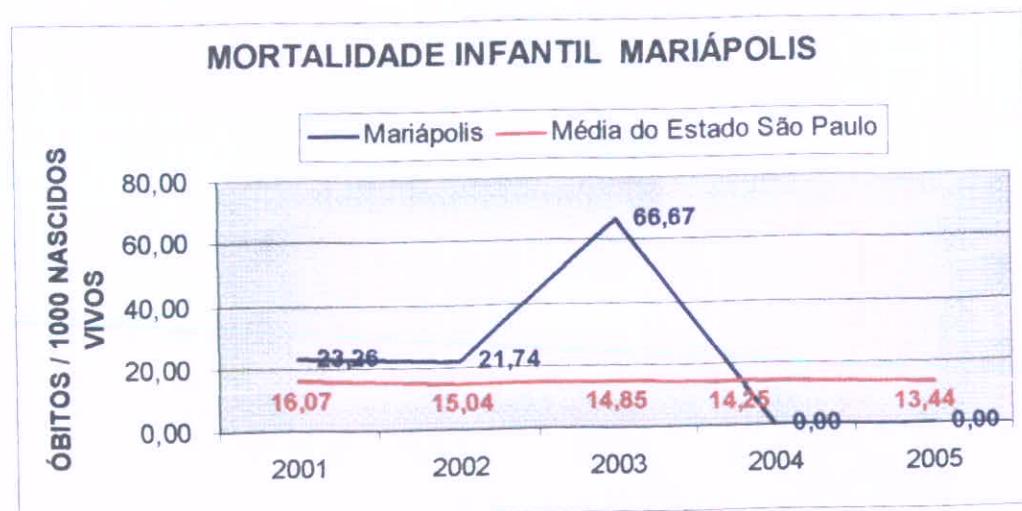
UGRHI-21 Peixe

1.2.4. Principal acesso

SP 294

1.3. Indicadores de Saúde

Para o presente plano foi adotado o índice de mortalidade infantil como indicador para as condições de vida vinculadas aos serviços de abastecimento de água e de esgotos sanitários. O gráfico a seguir mostra a evolução desse índice nos últimos 5 anos, obtido da Fundação Seade.



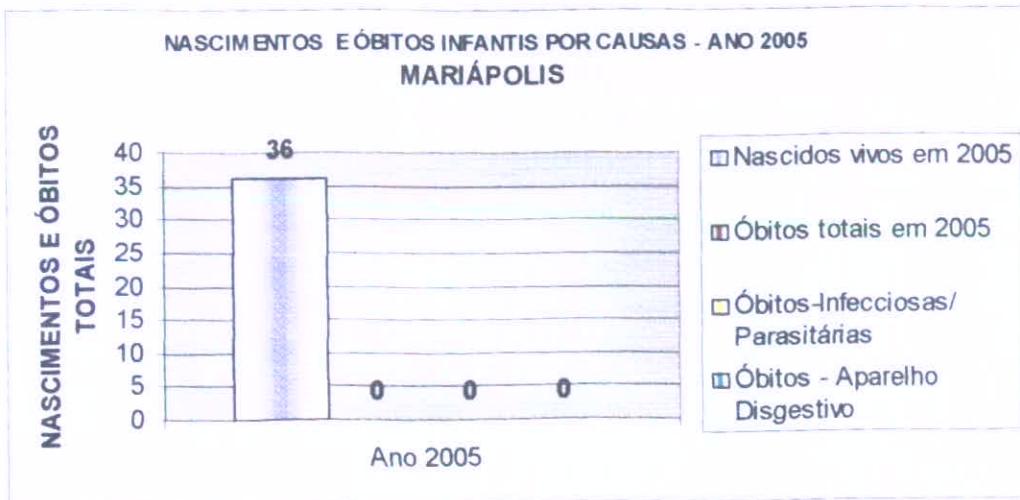
Outro aspecto analisado foi a verificação do número de óbitos por causas mortis, onde foi admitido como premissa que mortes por infecções e por doenças do aparelho digestivo podem estar relacionadas por deficiências dos serviços de saneamento (água e esgoto).

O resultado mostra que não houve registro de óbitos com "causa mortis" decorrentes da premissa adotada.

José Apolinário de Oliveira
PREFEITO MUNICIPAL

Izaias Storch
Superintendente da Unidade
Negocio Baixo Paranapanem
Matr. 27.776-6

Anderson Luiz F. Miranda
Advogado - OAB/SP 171.962
Matr. 91232-1



Para os próximos Planos Municipal de Saneamento a Secretaria de Saúde poderá criar outros indicadores em função do monitoramento das ocorrências de saúde no município.

1.4. Qualidade da Água Distribuída para a População;

A Qualidade da Água Distribuída para População deve atender a legislação específica estabelecida pela União e pelo Estado de São Paulo referente à qualidade da água que trata e distribui à população, citadas a seguir:

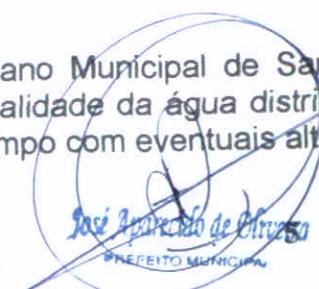
- Portaria Federal 518, de 25 de março de 2004 do Ministério da Saúde;
- Decreto Federal 5440 de 04 de maio de 2005; e
- Resolução SS65, de 12 de abril de 2005, da Secretaria de Estado da Saúde, do Estado de São Paulo.

Em atendimento a Legislação Federal, decreto 5440, anualmente a SABESP elabora e distribui, à população, relatório sobre a qualidade de água e mensalmente informa na conta da água dos clientes, dados referentes à qualidade da água.

Os Relatórios, preconizados na Resolução SS 65 são enviados pela SABESP a Vigilância Sanitária Municipal, proporcionando as autoridades municipais o acompanhamento da qualidade do produto disponibilizado.

A SABESP controla a qualidade da água em todo sistema de abastecimento, desde os mananciais até o cavalete do imóvel dos clientes, coletando amostras e realizando análises diariamente, conforme preconizado na legislação vigente. Para isso, possui laboratórios de controle sanitários, certificados pela ISO 9001 e ou acreditados pela ISO 17025.

O presente Plano Municipal de Saneamento propõe a manutenção do controle da qualidade da água distribuída atual, que deve ser atualizado ao longo do tempo com eventuais alterações nas legislações.



Izaías Storch
Superintendente da Unidade de
Negócio Baixo Paranapanema
Matr. 27.776-6

Anderson Luiz F. Miranda
Advogado - OAB/SP 171.962
Matr. 91232-1

1.5. Projeção Demográfica;

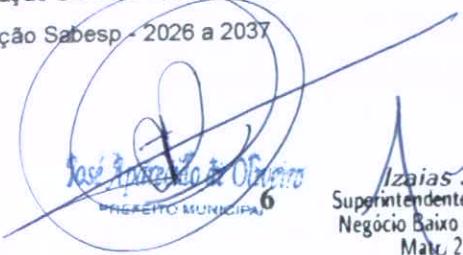
Para a projeção demográfica foram adotados os indicadores da fundação SEADE, que consta do estudo de Viabilidade Econômico-Financeira da Sabesp, em anexo.

Município: MARIÁPOLIS

Ano	População Urbana	Domicílios Urbanos	Taxa de Cresc. Populacional	Taxa de Cresc. Domicílios
2006	2.778	979		
2007	2.785	995	0,25%	1,63%
2008	2.794	1.011	0,32%	1,61%
2009	2.801	1.027	0,25%	1,58%
2010	2.810	1.050	0,32%	2,24%
2011	2.826	1.069	0,57%	1,81%
2012	2.842	1.088	0,57%	1,78%
2013	2.857	1.107	0,53%	1,75%
2014	2.873	1.126	0,56%	1,72%
2015	2.888	1.145	0,52%	1,69%
2016	2.906	1.165	0,62%	1,75%
2017	2.926	1.185	0,69%	1,72%
2018	2.945	1.205	0,65%	1,69%
2019	2.963	1.225	0,61%	1,66%
2020	2.981	1.246	0,61%	1,71%
2021	2.998	1.264	0,57%	1,44%
2022	3.014	1.282	0,53%	1,42%
2023	3.029	1.300	0,50%	1,40%
2024	3.045	1.318	0,53%	1,38%
2025	3.061	1.335	0,53%	1,29%
2026	3.077	1.352	0,53%	1,29%
2027	3.093	1.370	0,53%	1,29%
2028	3.110	1.387	0,53%	1,29%
2029	3.126	1.405	0,53%	1,29%
2030	3.142	1.423	0,53%	1,29%
2031	3.159	1.442	0,53%	1,29%
2032	3.175	1.460	0,53%	1,29%
2033	3.192	1.479	0,53%	1,29%
2034	3.209	1.498	0,53%	1,29%
2035	3.226	1.518	0,53%	1,29%
2036	3.243	1.537	0,53%	1,29%
2037	3.260	1.557	0,53%	1,29%

Fontes: Fundação SEADE - 2000 a 2025

Projeção Sabesp - 2026 a 2037



Izaías Storch
Superintendente da Unidade de
Negócio Baixo Paranapanema
Matr. 27.776-6

Anderson Luiz F. Miranda
Advogado - OAB/SP 171.962
Matr. 91232-1

2. Objetivos e Metas para Universalização dos Serviços;

2.1. Abastecimento de Água;

O Município tem 100% de cobertura em abastecimento de água, e a meta será manter esse índice acompanhando o crescimento da comunidade.

2.2. Sistema de Esgotos Sanitários;

O Município tem 85% de coleta de esgotos, sendo que 100% do esgoto coletado é tratado. A meta será aumentarmos esse percentual para 96% ate o fim do plano.

3. Programa Projetos e Ações Propostas;

3.1. Abastecimento de Água;

Atualmente o município tem 100% de cobertura de água, cujo índice será mantido em função do crescimento vegetativo.

Para a manutenção do índice de cobertura, está prevista a perfuração e montagem de poço profundo, construção de reservatório apoiado na Sede, construção de ETA compacta e EEAT, crescimento vegetativo de ligações, expansão de rede, remanejamento de rede e troca de hidrômetros.

Croqui – Item 7 – Anexo 3.

3.2. Sistema de Esgotos Sanitários;

Atualmente o índice de coleta é de 85%, sendo que 100% de todo esgoto coletado é tratado.

A previsão, conforme estudo de viabilidade econômica realizado pela Sabesp, será aumentar o índice de coleta em 96% até o fim do contrato.

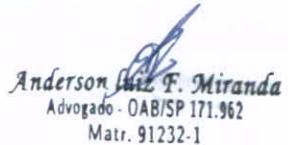
Para manutenção e melhoria do índice de cobertura do sistema, está prevista ampliação da ETE da Sede, construção de EEE na sub-bacia 4 e sub-distrito 5, implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário no Distrito de Mourão, crescimento vegetativo de ligações, expansão de rede, remanejamento de rede.

Croqui – Item 7 – Anexo 4.



José Francisco de Oliveira
PREFEITO MUNICIPAL

Izaías Storch
Superintendente da Unidade de
Negócio Baixo Parapanema
Matr. 27.776-6



Anderson Luiz F. Miranda
Advogado - OAB/SP 171.962
Matr. 91232-1

3.3. Detalhamento dos investimentos;

UNIDADE DE NEGÓCIO BAIXO PARANAPANEMA - RB
DEPARTAMENTO DE CONTROLADORIA E PLANEJAMENTO INTEGRADO - RBC

DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS DE ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS

Município: MARIÁPOLIS

Período: 2007 A 2037

ANO	AGUA	VALOR
2009	Implantação de ETA compacta para correção cromo (Cr) com capacidade nominal de 6,3 l/s.	260.000
2024	Construção de EEAT	140.000
2024	Perfuração poço profundo PPS 3, equipamentos, montagem eletromecânica e urbanização.	240.000
2024	Adutora de água bruta (AAB) do PPS 3 com 1.400 metros	160.000
2024	Construção reservatório apoiado de 150 m3	90.000
	TOTAL	890.000

ANO	ESGOTO	VALOR
SEDE		
2008	Projeto de ampliação da ETE existente na sede	30.000
2009	Construção de EEE na sub bacia 4 - L = 300 mts.	200.000
2009	Licenciamento da ampliação da ETE	5.000
2009	Regularização imobiliária	30.000
2010	Obras de ampliação da ETE existente na sede de 3 l/s para 7,65 l/s.	335.000
2012	Construção de EEE para reversão de bacia do sub-districto 05, com 375 metros	200.000

DISTRITO DE MOURÃO		
2013	Projeto de implantação do SES distrito de Mourão	30.000
2014	Lincenciamento da SES	3.000
2014	Regularização imobiliária	20.000
2015	Obras de implantação do SES do distrito de Mourão com capacidade nominal de 0,20 l/s.	247.000
	TOTAL	1.100.000

ANO	BENS DE USO GERAL	VALOR
2010-2015-2020	Móveis e utensílios	7.300
2030-2035		
2009-2019-2029	Substituição e aquisição de frota	198.000
2008-2036	Equipamentos de informática	54.000
2007 a 2036	Equipamentos de Uso Geral	45.000
2011	Automação de sistemas	66.000
	TOTAL	370.300

ANO	CRESCIMENTO VEGETATIVO E REMANEJAMENTOS	QDE	VALOR
	Ligações novas de água - Unidade	656	146.272
	Ligações novas de esgoto - Unidade	813	263.525
	Expansão da rede de água - Metros	1.968	133.810
	Expansão da rede de esgoto - Metros	4.067	544.943
2007 a 2037	Remanejamento de ligações de água - Unidade	442	98.627
	Remanejamento de redes de água - Metros	2.356	160.195
	Remanejamento de redes de esgoto - Metros	970	129.999
	Troca de Hidrômetros - Unidade	3.538	176.891
	TOTAL		1.654.261

TOTAL GERAL	4.014.561
-------------	-----------

José Alencar de Oliveira
PREFEITO MUNICIPAL

Izaias Storch
Superintendente da Unidade de Negócio Baixo Paranapanema
Matr. 27.776-6

Anderson Luiz F. Miranda
Advogado - OAB/SP 171.962
Matr. 91232-1

4. Investimentos;

Os investimentos previstos no estudos de viabilidade econômico-financeira elaborado pela Sabesp, contidos no item 3.3, visam a universalização dos serviços de água e esgoto, atendimento das exigências dos padrões de qualidade da água e atendimento do padrões legais dos lançamentos de efluentes de esgotos.



CIA. DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO SABESP

Q16 - Investimentos Necessários para Adequação dos Sistemas de Água e Esgotos

Município: MARIÁPOLIS

ANO	ÁGUA					TOTAL	ESGOTO				Total Esgoto	Outros investimento s A+E	TOTAL GERAL		
	Outros	Captação	A.A. Bruta	Tratamento	Reservação		(¹¹) Redes	(¹²) Ligações	(¹³) Outras	(¹⁴) Ligações	(¹⁵) Rede				
2007						3.352	4.715	8.067		23.358	49.509		72.867	1.500	82.434
2008						8.106	11.432	19.541	30.000	5.158	13.618		48.777	5.800	74.117
2009					260.000	8.172	11.549	279.721	235.000	32.424	70.336		337.780	68.300	685.781
2010						9.907	13.493	23.400		12.008	28.242	335.000	375.250	2.800	401.450
2011						9.044	12.617	21.860		6.702	17.339		24.041	88.300	114.001
2012						9.119	12.755	21.874	200.000	10.826	25.984		236.812	2.300	260.987
2013						9.195	12.894	22.089	30.000	10.972	26.396		67.388	5.800	95.257
2014						9.270	13.032	22.303	23.000	6.846	17.933		47.779	2.300	72.382
2015						9.346	13.171	22.517		9.017	22.517	247.000	278.534	3.400	304.451
2016						9.860	13.570	23.231		7.244	18.925		26.169	2.300	51.700
2017						9.740	13.716	23.456		7.244	19.000		26.244	2.300	52.000
2018						9.820	13.862	23.682		7.244	19.075		26.319	9.850	59.651
2019						9.899	14.008	23.907		7.244	19.150		26.394	68.300	118.601
2020						10.218	14.415	24.633		7.808	19.977		27.584	5.150	57.366
2021						9.585	13.785	23.370		6.520	17.798		24.317	2.300	49.987
2022						9.856	13.916	23.573		6.520	17.865		24.385	2.300	50.258
2023						9.728	14.047	23.776		6.520	17.933		24.452	6.150	54.378
2024	140.000	240.000	160.000		90.000	9.800	14.179	653.978		6.520	18.000		24.520	2.300	680.798
2025						9.633	14.049	23.681		6.157	17.315		23.472	2.300	49.454
2026						9.753	14.230	23.963		6.237	17.543		23.780	2.300	50.063
2027						9.874	14.414	24.288		6.317	17.775		24.092	2.300	50.680
2028						9.997	14.600	24.597		6.399	18.010		24.409	10.350	59.355
2029						10.122	14.788	24.910		6.481	18.247		24.729	68.300	117.939
2030						10.248	14.979	25.227		6.565	18.488		25.053	3.600	53.880
2031						10.376	15.172	25.548		6.650	18.732		25.382	2.300	53.230
2032						10.508	15.367	25.873		6.735	18.979		25.714	2.300	53.888
2033						10.637	15.566	26.203		6.822	19.229		26.052	6.850	59.104
2034						10.770	15.766	26.537		6.910	19.483		26.393	2.300	55.230
2035						10.905	15.970	26.875		6.999	19.739		26.739	3.850	57.463
2036						11.041	16.176	27.217		7.090	19.999		27.089	2.300	56.606
2037						6.521	9.558	16.079		4.189	11.802		15.991	-	32.070
VPL								487.531					1.049.123	147.141	1.683.795

Célula para entrada de dados

total de investimento não descontado: 4.014.581

Obs: ⁽¹¹⁾ Rede = Remanejamento de Ligação + Remanejamento de Rede + Substituição de Hidrômetro+ Ampliação de Rede

⁽¹²⁾ Ligações = Ligações Novas Água

⁽¹³⁾ Ligações = Ligações Novas de Esgoto

⁽¹⁴⁾ Rede = Remanejamento de Rede Coletora + Ampliação da Rede Coletora

Matr. 91232-1

Anderson F. Miranda
Advogado - OAB/SP 171.962

Supervisora: Storch
Supervidente da Unidade de Negócio Baixo Paranaíba
Matr. 27.776-6

Prefeitura Municipal

Assinatura: [Assinatura]

5. Fontes de Financiamento;

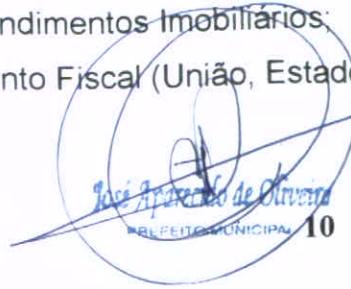
O PMS foi desenvolvido admitindo que para executar os investimentos, a Política Nacional de Saneamento, criara um cardápio de alternativas para equacionamento dos recursos necessários para atender as metas propostas.

As principais fontes de recursos identificadas, conforme cenário setorial atual, para que possam ser executadas as ações previstas no plano foram:

- Geração de recursos tarifários (receitas menos despesas) para:
 - Investimentos diretos;
 - Contrapartidas de financiamentos;
 - Reposição do parque produtivo;
 - Garantias financeiras de financiamentos.
- Cobrança pelo Uso da Água;
- Orçamentários (União, Estado e Município);
- FGTS e FAT;
- Recursos privados;
- Expansão Urbana (loteadores, conjuntos habitacionais e loteamentos sociais).

As fontes de recursos identificadas poderão se transformar em investimentos frente ao previsto no PMS das seguintes formas:

- Programas com recursos próprios (tarifa);
- Repasse a fundo perdido ou financiamento pelo comitê de bacia dos recursos estaduais do FEHIDRO;
- Repasse a fundo perdido ou financiamento pelo comitê de bacia (Estadual ou Federal) de recursos oriundos da cobrança pelo uso da água;
- Financiamentos nacionais, BNDES e CEF (FAT e FGTS);
- Financiamentos Internacionais (BID, BIRD, JBIC, etc)
- Privados (PPPs, Concessões, BOTs e compensações ambientais e de outorga pelo uso da água)
- Empreendimentos Imobiliários;
- Orçamento Fiscal (União, Estado e Município)



Izaías Storch
Superintendente da Unidade
Negócio Baixo Parapanamby
Matr. 27.776-6

Anderson Luiz F. Miranda
Advogado - OAB/SP 171.962
Matr. 91232-1

- Doações e repasses de Fundos de Cooperação (ONGs e Universidades)

6. Conclusão

O presente contrato fixa metas que visam a universalização dos serviços de água e esgoto, atendimento das exigências dos padrões de qualidade da água e atendimento dos padrões legais dos lançamentos de efluentes de esgotos.

Entretanto estão previstas revisões de quatro em quatro anos, em comum acordo entre a Sabesp e o poder Concedente, visando adequar às situações não previstas e a adoção de novas tecnologias e legislações que futuramente venham a surgir.

7. Anexos

7.1 Anexo I

PLANO DE CONTINGÊNCIA

As atividades acima descritas são essenciais para propiciar a operação permanente dos sistemas de água e esgotos da cidade. De caráter preventivo, em sua maioria, buscam conferir grau adequado de segurança aos processos e instalações operacionais evitando descontinuidades.

Como em qualquer atividade, no entanto, sempre existe a possibilidade de ocorrência de situações imprevistas. As obras e os serviços de engenharia em geral, e os de saneamento em particular, são planejados respeitando-se determinados níveis de segurança resultados de experiências anteriores e expressos na legislação ou em normas técnicas.

Quanto maior o potencial de causar danos aos seres humanos e ao meio ambiente maiores são os níveis de segurança estipulados. Casos limites são, por exemplo, os de usinas atômicas, grandes usinas hidrelétricas, entre outros.

O estabelecimento de níveis de segurança e, consequentemente, de riscos aceitáveis é essencial para a viabilidade econômica dos serviços, pois quanto maiores os níveis de segurança maiores são os custos de implantação e operação.

A adoção sistemática de altíssimos níveis de segurança para todo e qualquer tipo de obra ou serviço acarretaria um enorme esforço da sociedade para a implantação e operação da infra-estrutura necessária à sua

José Francisco de Oliveira
PREFEITO MUNICIPAL

11

Izaías Storch
Superintendente da Unidade de
Negócio Baixo Parapanema
Matr. 27.776-6

Anderson Luis P. Miranda
Advogado - OAB/SP 171.962
Matr. 91232-1

sobrevivência e conforto, atrasando seus benefícios. E o atraso desses benefícios, por outro lado, também significa prejuízos à sociedade. Trata-se, portanto, de encontrar um ponto de equilíbrio entre níveis de segurança e custos aceitáveis.

No caso dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário foram identificados nos Quadros 1 e 2 a seguir os principais tipos de ocorrências, as possíveis origens e as ações a serem desencadeadas. Conforme acima relatado, a SABESP disponibiliza seja na própria cidade ou através do apoio de suas diversas unidades no Estado os instrumentos necessários para o atendimento dessas situações de contingência. Para novos tipos de ocorrências que porventura venham a surgir a SABESP promoverá a elaboração de novos planos de atuação.

Quadro 1 - Sistema de abastecimento de água

Ocorrência	Origem	Plano de Contingências
1. Falta d'água generalizada	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inundação das captações de água com danificação de equipamentos eletromecânicos / estruturas ▪ Deslizamento de encostas / movimentação do solo / solapamento de apoios de estruturas com arrebentamento da adução de água bruta ▪ Interrupção prolongada no fornecimento de energia elétrica nas instalações de produção de água ▪ Vazamento de cloro nas instalações de tratamento de água ▪ Qualidade inadequada da água dos mananciais ▪ Ações de vandalismo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Verificação e adequação de plano de ação às características da ocorrência ▪ Comunicação à população / instituições / autoridades / Defesa Civil ▪ Comunicação à Polícia ▪ Deslocamento de frota grande de caminhões tanque ▪ Controle da água disponível em reservatórios ▪ Reparo das instalações danificadas ▪ Implementação do PAE Cloro ▪ Implementação de rodízio de abastecimento
2. Falta d'água parcial ou localizada	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Deficiências de água nos mananciais em períodos de estiagem ▪ Interrupção temporária no fornecimento de energia elétrica nas instalações de produção de água ▪ Interrupção no fornecimento de energia elétrica em setores de distribuição ▪ Danificação de equipamentos de estações elevatórias de água tratada ▪ Danificação de estruturas de reservatórios e elevatórias de água tratada ▪ Rompimento de redes e linhas adutoras de água tratada ▪ Ações de vandalismo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Verificação e adequação de plano de ação às características da ocorrência ▪ Comunicação à população / instituições / autoridades ▪ Comunicação à Polícia ▪ Deslocamento de frota de caminhões tanque ▪ Reparo das instalações danificadas ▪ Transferência de água entre setores de abastecimento



Izaías Storch
Superintendente da Unidade de Negócio Baixo Paranapanema
Matr. 27.776-6

Anderson Luis F. Miran..
Advogado - OAB/SP 171.962
Matr. 91232-1

Quadro 2 - Sistema de Esgotos Sanitários

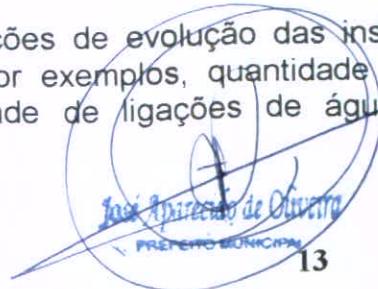
Ocorrência	Origem	Plano de Contingências
1. Paralisação da estação de tratamento de esgotos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Interrupção no fornecimento de energia elétrica nas instalações de tratamento ▪ Danificação de equipamentos eletromecânicos / estruturas ▪ Ações de vandalismo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunicação à concessionária de energia elétrica ▪ Comunicação aos órgãos de controle ambiental ▪ Comunicação à Polícia ▪ Instalação de equipamentos reserva ▪ Reparo das instalações danificadas
2. Extravasamento s de esgotos em estações elevatórias	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Interrupção no fornecimento de energia elétrica nas instalações de bombeamento ▪ Danificação de equipamentos eletromecânicos / estruturas ▪ Ações de vandalismo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunicação à concessionária de energia elétrica ▪ Comunicação aos órgãos de controle ambiental ▪ Comunicação à Polícia ▪ Instalação de equipamentos reserva ▪ Reparo das instalações danificadas
3. Rompimento de linhas de recalque, coletores tronco, interceptores e emissários	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desmoronamentos de taludes / paredes de canais ▪ Erosões de fundos de vale ▪ Rompimento de travessias 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunicação aos órgãos de controle ambiental ▪ Reparo das instalações danificadas
4. Ocorrência de retorno de esgotos em imóveis	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lançamento indevido de águas pluviais em redes coletoras de esgoto ▪ Obstruções em coletores de esgoto 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunicação à vigilância sanitária ▪ Execução dos trabalhos de limpeza ▪ Reparo das instalações danificadas

7.2 Anexo 2

MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO

O operador dos serviços de saneamento deverá elaborar relatórios gerenciais contendo:

- A evolução dos atendimentos em abastecimento de água, coleta de esgotos e tratamento de esgotos, comparando o indicador com as metas do plano;
- Plantas ou mapas indicando as áreas atendidas pelos serviços;
- Avaliação da qualidade da água distribuída para a população, em conformidade com a Portaria 518 do Ministério da Saúde;
- Informações de evolução das instalações existentes no município, como por exemplo, quantidade de rede de água e de esgotos, quantidade de ligações de água e esgotos, quantidade poços,



Izaias Storch
Superintendente da Unidade de Negócio Baixo Paranapanema
Matr. 27.776-6

Anderson Luiz Miranda
Advogado - OAB/SP 171.962
Matr. 91232-1

estações de tratamento de água, reservatórios e suas capacidade, estações de tratamento, estações elevatórias de esgotos, etc;

- Balanço patrimonial dos ativos afetados na prestação dos serviços;
- Informações operacionais indicando as ações realizadas no município, como por exemplo, quantidade de análises de laboratório realizadas, remanejamentos realizados nas redes e ligações de água e esgotos, troca de hidrômetros, cortes da água, consertos de vazamento, desobstrução de rede e ramais de esgotos, reposição asfáltica, etc.
- Dados relativos ao atendimento ao cliente, identificando o tipo de solicitação, separando a forma de atendimento (Call Center, Balcão de atendimento e outros);
- Informações contendo Receitas, Despesas e Investimentos realizados por ano.

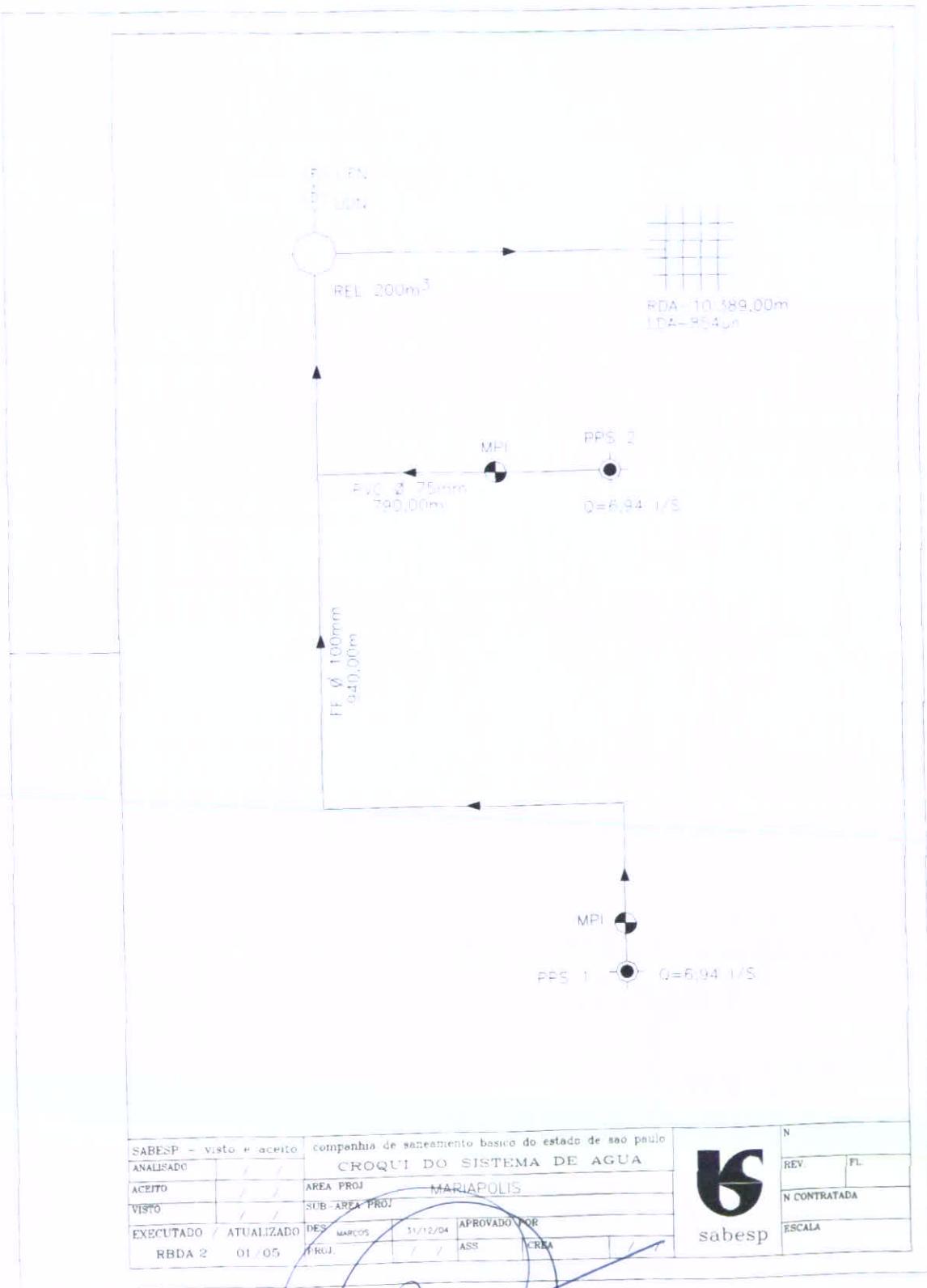


Izaias Storch
Superintendente da Unidade de
Negócio Baixo Paranapanema
Matr. 27.776-6

Anderson Luis P. Miranda
Advogado - OAB/SP 171.962
Matr. 91232-1

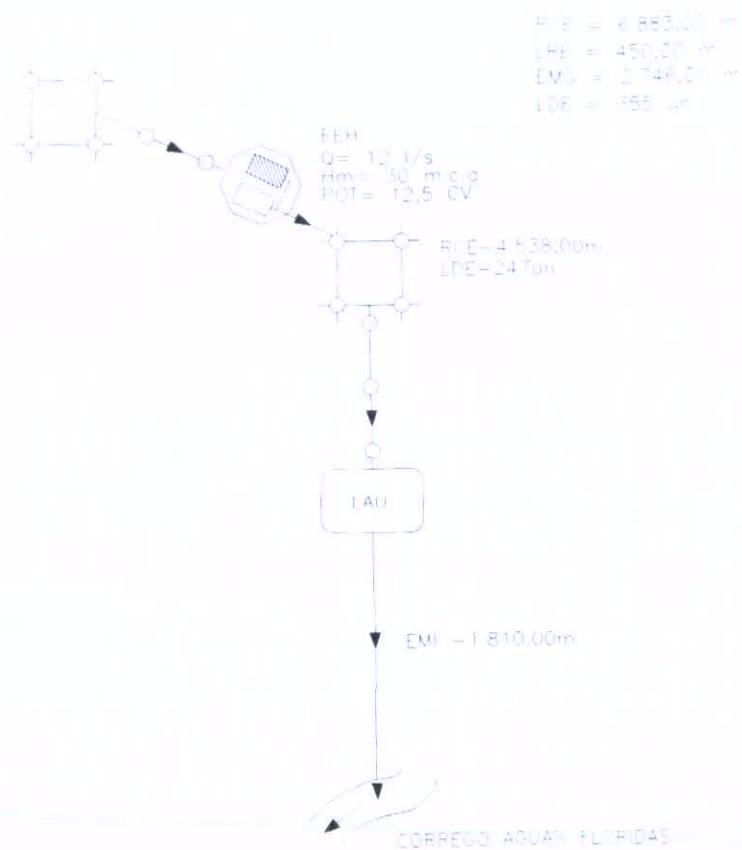
7.3 Anexo 3

Croqui de localização das unidades dos sistemas de abastecimento de água.



7.4 Anexo 4

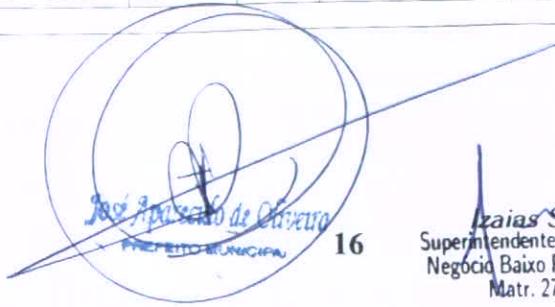
Croqui de localização das unidades dos sistemas de esgotos sanitários.



BAÍA HIDROGRÁFICA - PEIXE
CLASSIFICAÇÃO DO RIO - 2

SABESP - visto e aceito	companhia de saneamento básico do estado de são paulo CROQUI DO SISTEMA DE ESGOTO SANITARIO			
ANALISADO	/ /			
ACEITO	/ /			
VISTO	/ /			
ATUALIZADO EM - RBDA 2 01/05	DES MARCOS	31/12/04	APROVADO POR	
	PROJ	/ /	ASS CREA	/ /

N	REV	FL
N CONTRATADA		
ESCALA		



Izaias Storch
Superintendente da Unidade de
Negócio Baixo Paranapanem.
Matr. 27.776-6

Anderson Luiz F. Miranda
Advogado - OAB/SP 171.962
Matr. 91232-1